



UNIVERSIDADE FRANCISCANA
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PEDAGOGIA

DAIANE COSTA CARVALHO CAVALHEIRO

**A EMERGÊNCIA DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
VOLTADAS À INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO BRASIL**

**SANTA MARIA, RS
2019**

DAIANE COSTA CARVALHO CAVALHEIRO

Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado ao Curso de Pedagogia, Área de Ciências Humanas, da Universidade Franciscana, UFN como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada (o) em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Juliane Marschall Morgenstern

Santa Maria, RS
2019

RESUMO

O presente Trabalho Final de Graduação tematiza a formação de professores no Brasil problematizando as políticas constituídas para a iniciação à docência no tempo presente. O estudo objetivou analisar as condições de emergência das políticas de iniciação à docência no Brasil a fim de compreender seu funcionamento e possíveis efeitos. Para tanto, fez-se uma revisão de literatura acerca das políticas de formação de professores na última década e elaborou-se um panorama dos programas relacionados à formação docente a fim de identificar o momento em que as políticas de formação de professores pela iniciação à docência emergem no país. A abordagem metodológica adotada para a realização do estudo foi a historicização das políticas de formação de professores inspirada nos estudos genealógicos feitos por Michel Foucault. Verificou-se que dentre os programas de formação de professores em operação no presente, somente o Pibid propõe a inserção do licenciando no contexto escolar já nos primeiros semestres de sua formação inicial, se tratando da primeira política nacional de formação de professores que investiu de forma direta na inserção dos acadêmicos em formação no cotidiano das escolas. Concluiu-se que o Pibid encontrou condições para emergir na primeira década dos anos 2000, tendo sua proveniência na crise do modelo de formação existente nos anos de 1990 no Brasil e na perspectiva de uma nova postura a ser assumida pelos professores. Para a constituição dessa nova perspectiva de formação de professores, o Pibid se consolidou como uma política que age em duas vias: pela busca da inovação do fazer docente e pelo posicionamento do professor como agente de transformação da realidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Pibid.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	07
21 A iniciação à docência no contexto das políticas de formação de professores.....	09
22 Perspectiva histórica das políticas de formação de professores no Brasil	14
3 METODOLOGIA	17
3.1 Materiais de análise	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

1 - INTRODUÇÃO

O presente estudo compõe o Trabalho Final de Graduação realizado no Curso de Pedagogia da Universidade Franciscana – UFN realizado no decorrer do ano de 2019 e tematiza as políticas de formação de professores no Brasil, especialmente aquelas voltadas à iniciação à docência. A escolha dessa temática se deu no decorrer do segundo semestre do ano de 2014 devido à minha participação como bolsista de Iniciação à docência no Subprojeto Pedagogia, o qual integra o projeto Institucional da UFN.

O Programa institucional de bolsa de iniciação à docência - Pibid é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que busca proporcionar aos discentes que estejam cursando a primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas. Assim, como bolsista Pibid, no período de 2014 a 2018, pude presenciar e participar de ações que envolveram a pesquisa e a extensão, atividades de ensino, encontro de formação e reuniões na Universidade. Ao longo da minha participação fui me envolvendo nesse programa com uma maior interação entre a escola e a instituição de ensino superior à qual estou vinculada. Nessa direção, foi possível construir um vínculo profundo com o referido programa, o qual me oportunizou vários saberes, inclusive afirmar minha escolha profissional. Evidencio, portanto, a importância do Pibid para a minha formação inicial como pedagoga.

Trabalhos desenvolvidos no contexto do subprojeto Pedagogia e apresentados em eventos científicos da área têm mostrado que o Pibid vem contribuindo para o desenvolvimento profissional docente dos bolsistas, colocando-os em contato com as questões que permeiam o contexto educativo, com suas fragilidades e potencialidades a fim de instigar a iniciativa frente aos acontecimentos cotidianos em sala de aula. Importa ressaltar que, apesar de ter sido a participação como bolsista do Pibid o que me instigou a realizar este estudo, com as leituras efetivadas para a elaboração deste trabalho final de graduação compreendeu-se a necessidade de afastamento do Pibid para olhar para o conjunto de políticas de formação de professores em operação no Brasil.

Ao olhar para este conjunto de políticas, reconheceu-se que, no âmbito das políticas de formação voltadas à iniciação à docência, o Pibid assumiu o lugar de pioneiro em razão da centralidade da inserção dos licenciados em formação no espaço das escolas. Nesse cenário, ao iniciar um desenho das políticas de formação de professores no Brasil para localizar, dentre tais políticas aquelas voltadas a iniciação à docência, foi possível distinguir as políticas de formação entre aquelas direcionadas à formação inicial de outras, direcionadas à formação continuada e, ainda outras, voltadas à qualificação do professor em serviço.

Ao fazer a distinção entre as políticas em relação a seus objetivos e público-alvo e reconhecer o lugar do Pibid entre as políticas de formação atuais, resolveu-se voltar a este programa para analisar o contingente histórico que viabilizou a emergência de uma política de formação de professores voltada à iniciação à docência no Brasil. Para isso, foi preciso conhecer os programas que compõem as políticas de formação de professores na atualidade de modo a identificar o contexto de emergência em que tais políticas emergem. Além disso, na continuidade do estudo, foi importante fazer uma retomada histórica das políticas de formação de professores que deram sustentação a condições para que a formação de professores voltadas à iniciação à docência do presente pudesse existir. Assim, demonstrar-se a condições para a emergência dessa política e outras discussões sobre a formação de professores no Brasil poderão ser ampliadas.

O presente estudo justifica-se pela possibilidade de conhecer com mais profundidade as políticas de iniciação à docência no Brasil buscando compreender como elas funcionam, quais seus objetivos e os efeitos que têm gerado para a formação de professores. Ainda, se justifica pela contribuição que este estudo trará para o meu desenvolvimento profissional ao possibilitar o aprofundamento dos estudos acerca da iniciação à docência durante a trajetória de formação acadêmica. A realização do trabalho também trouxe momentos de reflexão e questionamentos que foram base para discutir e iniciar os estudos sobre esse assunto.

A formação de professores é uma área de estudo muito ampla e já bastante pesquisada, entretanto, ao buscar pelas publicações de artigos e pelos trabalhos de mestrado e doutorado sobre o assunto, foi possível perceber que há um número menor de trabalhos que tratam sobre as políticas de iniciação à docência. Nesse sentido, importa realizar um estudo que trate dessas questões e permita refletir acerca dos efeitos dessas políticas na formação dos professores no Brasil. Diante dessas

considerações, surgiu o seguinte questionamento: *Quais as condições de possibilidade para a emergência das políticas de iniciação à docência no Brasil?*

O estudo tem como objetivo geral analisar as condições de emergência das políticas de iniciação à docência no Brasil a fim de compreender o espaço que ocupam na formação de professores no cenário contemporâneo. E como objetivos específicos revisar a literatura acerca das políticas de iniciação à docência no Brasil a fim de compreender as discussões atuais sobre a área e incorporá-las no estudo; traçar um panorama das políticas relacionadas à formação docente para compreender qual o espaço ocupado pelas políticas de iniciação à docência no país e identificar o momento em que as políticas de formação de professores pela iniciação à docência emergem no Brasil.

Para melhor compreender a temática em estudo, em um primeiro momento apresentarei uma aproximação com as publicações de teses e dissertações realizadas nos últimos anos. A busca por estudos que tratam da formação de professores no Brasil contribuiu para a definição deste trabalho, pois permitiu identificar quais as pesquisas já realizadas sobre o tema e possibilidades de realizar um trabalho que possa contribuir com as discussões já realizadas. Num segundo momento, trago uma perspectiva histórica das políticas de iniciação à docência no Brasil procurando localizar o Pibid como primeira política de formação de professores que investiu de forma direta na inserção dos acadêmicos no contexto da escola básica. Posteriormente, trato sobre a opção metodológica adotada para o estudo pontuando, a seguir, a análise e discussões realizadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para iniciar o estudo proposto realizar-se uma busca de trabalhos publicados sobre o assunto no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para a busca dos trabalhos publicados, optou-se pelo descritor “Política Educacional de Iniciação à Docência” e logo apareceram 367 trabalhos publicados em todo o Brasil. Em razão do elevado número de trabalhos encontrado, foi necessário refinar a busca aplicando alguns filtros. Para tanto, tornou-se deter em alguns requisitos, dentre eles: Área de conhecimento Ciências humanas e área de concentração Educação Brasileira.

A pesquisa foi realizada abrangendo os três últimos anos, a fim de reduzir o número de trabalhos encontrados. Ainda assim, o número de trabalhos foi bastante elevado e houve a necessidade de filtrar novamente, reduzindo a busca para os anos de 2017 e 2018. Após realizar a busca verificou-se que, nesses dois últimos anos foram publicados 243 trabalhos, divididos entre 144 dissertações de Mestrado e 99 teses de Doutorado.

Para a pesquisa ficar mais enxuta e possível de ser realizada, optou-se pela busca dos trabalhos de Doutorado, a fim de saber do que se tratavam as 99 teses encontradas. Dentre os trabalhos pesquisados, foram identificadas algumas temáticas que se relacionavam ao que se estava buscando. Por se tratar de muitos trabalhos e alguns parecidos entre si, decide-se separá-los em uma tabela, para melhorar a visualização dos mesmos. Foram 99 trabalhos, sendo 48 realizados no ano de 2017 e 51 trabalhos realizados em 2018. Dentre o total de teses encontradas, foram separados na tabela aquelas que poderiam contribuir de algum modo para a realização deste estudo. Sendo Agrupadas em quatro conjuntos a partir dos principais temas relacionados às políticas de formação de professores, mais especificamente, em relação a iniciação à docência.

Vejamos a tabela a seguir:

Total de teses encontradas	2017	2018	Temáticas
08	03	05	Avaliação Educacional
12	03	09	Formação Docente
10	07	03	Formação Humana
10	04	06	Práticas Pedagógicas

Fonte: elaborado pela autora.

A partir dessa sistematização organizada após a busca pelos trabalhos disponíveis no Banco de teses e dissertações da Capes, verificou-se um maior número de trabalhos de pesquisa sobre a formação docente, atingindo um total de 9 trabalhos no ano de 2018 e 12 trabalhos ao somarmos com o ano de 2017. Também vemos outras categorias que apareceram a partir da busca, quais sejam: avaliação

educacional, formação humana e práticas pedagógicas. Cabe pontuar que, para além desses trabalhos, foram encontrados outros, dentre os quais destacam-se: 11 trabalhos que tratam de História e Educação; 6 trabalhos sobre Paradigmas Educacionais; 9 trabalhos sobre a musicalidade; 4 trabalhos sobre Inclusão e acessibilidade; 5 trabalhos sobre Educação Ambiental; 8 sobre Avaliação Educacional e 1 sobre Ludicidade, entre outros.

Pelo que foi analisado a partir dos estudos realizados nos últimos anos percebe-se que as políticas educacionais aparecem como uma temática abordada em diferentes perspectivas de pesquisa e de forma transversal a outras temáticas. Nesse sentido, foi importante fazer essa busca pelas publicações nos dois últimos anos para compreender melhor como as políticas são tratadas nas pesquisas atuais e para conhecer as pesquisas relacionadas a esse assunto. A referida busca auxiliou na elaboração do estudo, principalmente na justificativa e delineamento dos objetivos do mesmo.

Verificou-se não haver trabalhos que tratam sobre a emergência das políticas de formação de professores voltadas à iniciação à docência, sobre as condições que tornaram possível a emergência dessas políticas ou ainda, que distinguem claramente as políticas de formação de professores entre aquelas de formação continuada ou de formação em serviço. Com isso, foi possível perceber que a iniciação à docência tem se colocado como uma nova categoria dentre as políticas de formação de professores que emergiram nos últimos anos no Brasil. Tais aspectos fizeram com que este estudo fosse sendo direcionado no sentido de investigar a emergência dessas distintas políticas buscando compreender seu funcionamento, intencionalidade e ações geradas mais a fundo.

2.1 A iniciação à docência no contexto das políticas de formação de professores

Para melhor conhecer as políticas de formação de professores voltadas a iniciação à docência, busca-se identificar os programas que existem no cenário atual. Nessa direção, realizou-se uma pesquisa no *site* do Ministério da Educação acessando a Secretaria de Educação Básica no link “Programas do MEC voltados à formação de professores”. Na pesquisa foram encontrados 26 programas em vigência no País. Dentre eles, temos programas voltados à formação de professores para atuar na educação do campo e há programas para a atuação na educação indígena. Além

desses, há financiamento para a formação superior de docentes, portal do professor com materiais para uso pedagógico, portal de periódicos e programas voltados à inovação das práticas pedagógicas, formação continuada de professores para atuarem na educação inclusiva, entre outros. Nessa busca, foram encontrados oito programas lançados entre 2000 e 2012, voltados à formação inicial de professores; são eles: **PROINFANTIL, PRO-LICENCIATURA, PROLIND, PROCAMPO, PARFOR, PRODOCÊNCIA, LIFE e PIBID**. Além desses, ainda se tem a oferta de vagas em cursos de licenciatura já existentes, o PLI. Ao fazer a leitura dos materiais que compõem cada programa, viu-se que o PROINFANTIL oferece curso em nível médio na modalidade normal a professores que atuam na Educação Infantil. Já o PRO-LICENCIATURA é um programa de Formação Inicial para professores dos Ensinos Fundamental e Médio, constituindo-se em um curso de formação a distância e em serviço. Também o programa PROLIND é um programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas, como uma política pública a ser implantada pelas IES públicas federais e estaduais de todo o país. O programa PROCAMPO que é um programa de apoio a formação superior em licenciatura em Educação do Campo tem o propósito de apoiar a formação inicial desses professores do campo e quilombola. Esse programa fomenta projetos de cursos de licenciatura específicos na formação de professores para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, visando a atuação nas escolas do campo. Outro programa encontrado é o LIFE, Programa Laboratórios Interdisciplinares da Formação de Educadores para atender as necessidades de ampliar o acesso dos cursos de formação docente aos meios tecnológicos promovendo o uso das novas linguagens e tecnologia da informação.

Dentre a diversidade de programas encontrados, destacam-se três em razão de serem programas que objetivam o fortalecimento da formação de professores. São eles: o *Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial e a Distância, de Professores para a Educação Básica (Parfor)*, o *Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência)* e o *Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)*. O Parfor, iniciado em janeiro de 2009, tem por objetivo oferecer cursos de formação inicial emergencial ofertados na modalidade presencial, aos professores das redes públicas de educação básica em razão das demandas indicadas nos planos estratégicos elaborados pelos Fóruns Estaduais Permanentes

de Apoio à Formação Docente. O Prodocência, lançado no ano de 2006 pela Secretaria de Educação Superior, visa fomentar projetos pedagógicos inovadores para aprimorar a formação dos professores da educação básica e promover a integração entre a educação superior e a educação básica, entre outros objetivos. Já o Pibid objetiva elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciatura e promover a integração entre a educação superior e a Educação Básica pela inserção dos licenciando no contexto da rede pública de educação.

Ao identificar esses programas em vigência, fica visível que o Parfor tem desenvolvido cursos emergenciais presenciais de licenciatura, em sua maioria de primeira licenciatura, mas também promove cursos de segunda licenciatura e, com isso, vem beneficiando muitos professores em exercício na rede pública de educação básica. Segundo os dados do MEC, o Parfor já beneficiou aproximadamente 40 mil professores em exercício na rede pública de educação básica, abrangendo 25 unidades federadas. O Prodocência é um programa articulado com o Pibid, o Observatório da Educação e os cursos de formação de professores do Parfor e visa ampliar o potencial do programa e seus benefícios educacionais. Dentre os principais impactos do Prodocência estão a articulação entre teoria e prática e a aproximação entre universidades e escolas públicas de educação básica, demonstrando uma proximidade com os objetivos do Pibid.

Ao fazer a busca pelos programas compreende-se, entretanto, que apesar de serem atuais e terem uma proximidade em relação a sua intencionalidade, dos três programas mencionados, somente o Pibid propõe a inserção do licenciando no contexto escolar já nos primeiros semestres de sua formação inicial. Sendo assim, no contexto das políticas de formação de professores do presente, o Pibid é o programa que está centralmente direcionado à iniciação à docência. Nesse percurso de mapeamento dos programas, foi possível reconhecer, ainda, que se tratou da primeira política nacional de formação de professores que investiu de forma direta na inserção dos acadêmicos em formação no cotidiano das escolas.

Por seu caráter pioneiro, interessou investigar mais detalhadamente o Pibid a fim de compreender as condições que tornaram possível a sua emergência no cenário das políticas brasileiras de formação de professores. Antes de passar para a pesquisa por tais condições, importa conhecer um pouco mais o programa institucional de bolsa

de iniciação à docência – Pibid. De acordo com as informações fornecidas pela Secretaria de Educação Básica do MEC, no site oficial do governo, temos o seguinte:

QUADRO 1 PIBID

O que é o programa:

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) foi criado com a finalidade de valorizar o magistério e apoiar estudantes de licenciatura plena, das instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e comunitárias, sem fins econômicos, de educação superior.

Objetivo:

O PIBID objetiva elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciatura das instituições de educação superior, assim como inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, promovendo a integração entre educação superior e educação básica. O programa visa também proporcionar aos futuros professores participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas de ensino-aprendizagem, levando em consideração o IDEB e o desempenho da escola em avaliações nacionais, como Provinha Brasil, Prova Brasil, SAEB, ENEM. Também busca incentivar as escolas públicas de educação básica a tornarem-se protagonistas nos processos formativos dos estudantes das licenciaturas, mobilizando seus professores formadores auxiliares dos futuros professores. Assim como, valorizar o magistério, por meio de incentivos aos estudantes que optam pela carreira docente.

Data de início:

Lançamento da primeira Chamada Pública MEC/CAPES/FNDE no 01/2007, publicado no DOU, em 13/12/2007.

Participação e controle social:

Os programas estão lançados no SIMEC e no GEOCAPES, permitindo aos gestores e à sociedade conhecerem seus objetivos, atividades e resultados alcançados, ao longo do processo.

Modelo de gestão:

O PIBID é desenvolvido com base no diálogo com as instituições parceiras; na responsabilidade compartilhada entre os envolvidos; na abertura a novas ideias e ao aperfeiçoamento dos processos; na disseminação das boas práticas e do conhecimento produzido. A autonomia das universidades e o regime de colaboração que respeita a descentralização administrativa em educação são pilares da ação do PIBID. A intersetorialidade é incentivada pelos editais lançados, visando promover oportunidades de construção do conhecimento multidisciplinar, contextualizado e com padrão de qualidade. O Portal Comunidades Capes, a ser lançado em 2010, oferecerá oportunidades de acompanhamento e avaliação para os gestores dos programas, na CAPES, nos entes federativos e nas instituições parceiras e promoverá a visibilidade e o intercâmbio de boas práticas e de toda a produção acadêmica e resultados educacionais alcançados pelos participantes.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado? Qual a distinção em relação a políticas existentes?

O PIBID foi criado para valorizar o magistério, elevar a qualidade das ações acadêmicas e superar os problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas com baixo rendimento educacional. Distingue-se de outras políticas anteriormente implementadas por permitir uma maior interação entre os diversos atores sociais ligados à educação pública: alunos, professores, estudantes de licenciaturas de cursos superiores e professores de licenciaturas de ensino superior. A dinâmica de aproximação – licenciando e escolas públicas – gera um ambiente positivo para a criação de soluções, onde todos os envolvidos são beneficiados.

Resultados alcançados:

No PIBID são concedidas 16.715 bolsas, sendo 13.649 para licenciando; 982 para coordenadores institucionais e de área e 2.084 para supervisores (professores da educação básica que atuam no programa); há 124 IES participantes e 1.267 escolas beneficiadas pela ação dos bolsistas.

Principais impactos do PIBID:

- a) diminuição da evasão e aumento da procura pelos cursos de licenciatura;
- b) reconhecimento de um novo status para as licenciaturas na comunidade acadêmica;
- c) indicação de melhoria do IDEB em escolas participantes

Fonte: adaptado de <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores?id=15944:programas-do-mec-voltados-a-formacao-de-professores>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

Como vimos, o Pibid vincula-se ao Programa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e tem por finalidade promover a Iniciação à Docência para o aprimoramento do professor e a qualificação profissional para Educação Básica. Como mencionado anteriormente, promove a integração entre a Educação Superior e a Educação Básica, por meio de vivência no cotidiano das escolas da rede pública e proporciona assim saberes e experiências no processo ensino e de aprendizagem. Nesse sentido, o referido Programa de Iniciação à Docência oportuniza aos bolsistas o desafio de atuar na Educação Básica buscando um envolvimento entre acadêmicos e professores da rede básica de ensino.

Nessa perspectiva, o Pibid visa valorizar a prática pedagógica do professor que já está atuando e também do futuro professor, estimulando a criação e produção metodológica para um ensino qualificado. O desenvolvimento profissional define-se como uma atitude permanente de pesquisa, de questionamento e reflexão do professor sobre a sua própria prática e contribui para que os professores gerem conhecimento prático, estratégico, e sejam capazes de aprender com a sua experiência. Nesse processo, sempre se pode aprender algo novo a partir de saberes

de experiência dos professores atuantes na rede básica de ensino e dos saberes e reflexões proporcionados pela Universidade.

Tendo em vista a necessidade da constante formação para o desenvolvimento profissional dos professores, segundo Nóvoa (1997), o processo de formação de professores está permeado por novas relações com o saber pedagógico e científico.

[...] trabalhar no sentido da diversificação dos modelos e das práticas de formação, instituindo novas relações dos professores com o saber pedagógico e científico. A formação passa pela experimentação, pela inovação, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógico. E por uma reflexão crítica sobre a sua utilização. A formação passa por processos de investigação, diretamente articulados com as práticas educativas (NÓVOA 1997, p. 27).

Nesse contexto, o Pibid surge como uma ferramenta capaz de dar suporte a uma melhor formação de professores com a parceria da rede pública de educação básica, no intuito de inserir os graduandos no âmbito escolar para um processo mais eficaz no ensino e aprendizagem. Segundo Cunha (2011), o conhecimento se constrói pelo nosso próprio cotidiano e a vida cotidiana é a objetivação dos valores e conhecimentos do sujeito dentro de uma circunstância. Nessa direção, o Pibid, sendo uma política pública, promove uma troca de experiências que envolvem o fazer pedagógico, possibilitando essa troca de saberes e um papel significativo no processo formativo.

2.2. Perspectiva histórica das políticas de formação de professores

Para compreender melhor as demandas atuais de formação docente, realizou-se um recuo histórico olhando para a educação brasileira. Foi possível verificar, na década de 1930, a luta iniciada pelo Movimento da Escola Nova em busca da valorização docente, onde a oportunidade de acesso e a qualidade do ensino brasileiro não era destinado a todos e sim a uma pequena classe dominante. No ano de 1932 por meio de um manifesto dos pioneiros da Educação Nova, liderado por Anísio Teixeira, a luta pelas reformas educacionais se intensificou. Almejava-se interferir na organização da educação com o objetivo de garantir uma educação voltada para todas as classes sociais. Já em 1939 houve uma preocupação com a formação dos professores, havendo um redirecionamento no âmbito da formação, que até então acontecia nas Escolas Normais, passando então para as Universidades.

Vê-se, naquele contexto, que a formação se dava em dois eixos: nos cursos de Licenciatura, que formavam os professores para diversas disciplinas do ensino secundário e nos cursos de Pedagogia, que formavam professores das Escolas Normais.

Houve muitas mudanças ao longo da história da formação de professores no Brasil, com uma grande diversidade encontrada nos Estados brasileiros em relação à formação de professores nas décadas de 1940 e 1950. Já em meados de 1960, havia escassez de professores formados, onde “o Censo Escolar de 1964 iria revelar que dos 289.865 professores primários em regência de classe em 1964, apenas 161.996, ou seja, 56%, tinham realizado curso de formação profissional” (TANURI, 2000, p. 77). Em relação a tentativas de elevação do nível de formação para professores primários, pode-se perceber que ações favoráveis começam a surgir no final de 1960. Já em 1980 temos um cenário de redemocratização que traz o desafio de uma formação de professores voltada a uma consciência crítica e cidadã, ao passo que em 1990 as políticas de inclusão social que se consolidam no cenário nacional, reforçam a necessidade de uma formação que considere as diversidades culturais.

As discussões sobre a formação de professores passaram a ter maior ênfase nos anos de 1990 a partir de críticas feitas sobre as fragilidades da formação inicial dos docentes. No contingente das críticas, podemos citar “a conservação da estrutura curricular dos cursos de licenciatura, cuja procedência inclina-se ao modelo da racionalidade técnica, e à dicotomia existente na relação entre teoria e prática se destacam” (SOUZA; TESTI, 2016, p. 51). Assim, o modelo de formação, que visa a teoria e as disciplinas de conteúdo específicos, passa a ser tensionado por especialistas da área a partir de uma tendência de valorização dos saberes construídos a partir da prática.

No relatório da Unesco, organizado por Delors (1996), chamado de “Educação: um tesouro a descobrir”, verifica-se, na virada do século XX, a antecipação da importância da educação e da valorização dos fazeres dos docentes. Naquele cenário, também vemos pesquisas que passam a discutir com maior intensidade questões relacionadas a preparação dos professores colocados como protagonistas de uma nova educação. Essa educação pretendida, cuja preocupação central é a mudança na formação dos educadores para um mundo inconstante, requer à preparação para um contexto em que a aprendizagem é tomada como algo permanente. Assim, considerando a necessidade de aprender ao longo da vida, que marcou as discussões

educacionais nos anos de 1990 e início do século XX, verifica-se um esforço realizado no sentido de confiar à formação inicial o desenvolvimento de ações direcionadas à prática profissional.

Nesse cenário e diante do desafio de uma formação que promova mudanças no campo da educação, coloca-se como pertinente a proposição de ações e programas que atuem na formação de um profissional flexível e capaz de gerar novas práticas em seu fazer docente.

Nesse contexto de inquietações, ocorrem mudanças no currículo dos Cursos de formação de professores no Brasil. Dentre as principais mudanças, tem-se a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, Resolução do CNE/CP n. 1 (2002a) e a Resolução CNE/CP n. 2 (2002b) que pontua designações quanto a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores. A Resolução CNE/CP n. 1 regulamenta a elaboração de um projeto pedagógico baseado em competências, pontuando certa liberdade para a construção do projeto pedagógico pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Já a Resolução CNE/CP n. 2 impôs a duração mínima de 1800 horas para as disciplinas específicas do conteúdo curricular e 1000 horas para o conjunto das atividades práticas, sendo elas de estágio supervisionado e atividades acadêmico-científico-culturais.

Quanto a essas Resoluções, cabe ressaltar que, para Souza e Testi (2016, p. 51):

de fato, as resoluções, principalmente a CNE/CP n. 2, instituíram pela primeira vez espaço para as atividades prático-pedagógicas, algo que certamente foi reflexo dos debates e posicionamentos oriundos da academia e que representou um avanço significativo para o fortalecimento da formação docente.

O espaço para as atividades prático-pedagógicas vislumbrado nas Resoluções pode ser compreendido como espaço que viabilizou a posterior criação de programas de formação de professores voltados à iniciação à docência, tais como o Pibid no Brasil. Assim, pode-se entender que se desenham algumas das condições de possibilidade para que programas de iniciação à docência adentrem o cenário das políticas de formação de professores poucos anos depois.

Nessa direção, o Pibid, programa federal que visa a formação de professores, surge no cenário brasileiro em dezembro de 2007, apesar de ser incorporado pela Portaria 122 de 16 de setembro de 2009 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ou seja, apenas dois anos depois. Ainda, cabe ressaltar que a Portaria foi ratificada pelo Decreto 7.219 de 24 de junho de 2010.

Além das Resoluções mencionadas, também se pontua a relevância do Decreto n. 6.755, de 2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação, com os princípios que asseguram como compromisso público do Estado visando uma educação de qualidade, e a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras.

3 METODOLOGIA

A análise que o estudo pretendido propõe se direciona às práticas discursivas a partir da sua visualização nas políticas de formação de professores que foram instituídas no Brasil nos últimos vinte anos. O conceito de prática discursiva é compreendido a partir dos usos feitos por Michel Foucault (2006) e por autores do campo dos Estudos Foucaultianos. O entendimento sobre a prática discursiva nos auxilia a problematizar a produção de sentidos que acontece na prática da enunciação nos fazendo reconhecer a prática languageira que compõe uma gramática discursiva e vai além do ato de falar. Nesse sentido, o conceito de prática discursiva tem lugar central no trabalho e será utilizado como ferramenta teórica-metodológica para a análise dos documentos, a partir do qual será feita uma problematização da produção de sentidos que constitui a enunciação. Assim, será possível entender como os enunciados presentes nas políticas são elaborados a partir de uma gramática discursiva que vai além do ato da fala (VEIGA-NETO, 2007). Essa gramática discursiva perpassa os documentos legais e pode ser analisada numa perspectiva histórica.

Para realizar a análise pretendida, foi necessário fazer a leitura dos documentos e a sistematização dos mesmos pela recorrência de enunciados que os documentos trazem na sua composição. Para tanto, os enunciados foram organizados em categorias para serem melhor compreendidos e, posteriormente, traçou-se um

panorama dos aspectos relacionados às condições de emergência das políticas de formação de professores vinculados à iniciação à docência.

Para a metodologia optou-se pela historicização genealógica (FOUCAULT, 2006), na qual os discursos serão analisados em uma perspectiva histórica que busca identificar os deslocamentos produzidos nas elaborações das políticas educacionais brasileiras. A genealogia busca pela compreensão da gênese dos acontecimentos a partir das contingências de seu aparecimento. Nessa direção, não busca por uma origem ou momento único em que um acontecimento se realizaria, e sim pelas condições que tornaram tal acontecimento possível (VEIGA-NETO, 2007). Esse entendimento nos leva a entender a história em uma perspectiva cíclica, havendo o aparecimento e/ou fortalecimento de algumas práticas e o esmaecimento de outras.

Para a realização da análise, foram selecionadas algumas leis, programas e políticas de formação de professores do presente, a fim de iniciar um mapeamento das práticas discursivas sobre formação de professores pela iniciação à docência. As políticas foram selecionadas por se tratarem de documentos oficiais e constituírem normativas que direcionam a formação dos professores em todo o país. Trata-se de um material de referência para os diversos cursos superiores que trabalham com formação de professores. Os textos legais também impactam a prática dos futuros professores e, além desses, também impactam no fazer dos professores formadores. A partir da construção desse panorama, foi possível analisar quais as condições que tornaram urgente a existência de uma política de formação de professores voltada à iniciação à docência.

Nessa direção, o procedimento metodológico é composto por uma historicização dos discursos legais que instituíram políticas de formação de professores pela iniciação à docência no Brasil. Por meio de uma análise histórica de documentos legais procurou-se compreender como a formação inicial de professores foi tratada nessas publicações. Para tanto, realizou-se a leitura das políticas educacionais elaboradas no presente recente e a seleção de alguns documentos.

3.1 Materiais de análise

Ao se definir a temática da pesquisa, logo se inicia a construção de uma problemática e em torno desta o estudo vai sendo orientado de forma articulada ao embasamento teórico. Onde essa problemática traz um conjunto de questões

relacionadas entre si que adentram nessa temática e assim as possíveis etapas do movimento de pesquisa acontecem.

Para a análise pretendida foram selecionados documentos legais que compõem Leis e políticas oficiais da educação brasileira. A seleção dos documentos teve como critérios de inclusão tratar sobre as políticas de formação de professores voltadas à iniciação à docência instituídos nos últimos vinte anos no Brasil. A partir da leitura e manuseio dos documentos, constituiu-se o *corpus* da pesquisa. O *corpus* entra como a materialidade composta pelo entrecruzamento da problemática com a fundamentação teórica da pesquisa (DAHLET, 2002). A “constituição do corpus requer recortes que são da ordem de gestos de leitura [...] da singularidade do sujeito pesquisador; recortar requer ler, descrever e interpretar”. Por fim, “a interpretação deve inaugurar novos sentidos, pois ela promove novas informações graças aos elementos de confirmação ou não das perguntas iniciais” (SCHERER, 2002, p. 16).

Para a realização do estudo pretendido, partiu-se das políticas atuais para realizar um recuo histórico a fim de verificar deslocamentos nas diretrizes sobre a formação de professores.

Conjunto de leis e políticas selecionadas:

- LDB Lei n. 9.394 de 1996;
- Resolução CNE/CP n. 1/2002;
- Resolução CNE/CP n. 2/2002.

Documentos que regulamentam o Pibid:

- Portaria da CAPES 72, de 09 de abril de 2010;
- Decreto n. 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Pibid;
- Portaria CAPES nº 260, de 30/12/2010 - Normas Gerais do Pibid – revogada;
- Portaria nº 21, de 12/03/2012 - Dispõe sobre a prorrogação da vigência dos projetos Pibid, selecionados conforme os editais dos anos de 2009 e 2010;
- Portaria Nº 46 de 11 de abril de 2016 - Aprova o Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid. - (Revogada);
- Portaria CAPES nº 120/2016 - Altera a Portaria nº 84/2016;
- Portaria CAPES nº 96, de 18 julho de 2013, (Revogada);

- Portaria CAPES nº 175, de 07 de agosto de 2018 - Altera o anexo I da Portaria nº 45, de 12 de março de 2018 que regulamenta a concessão de bolsas e o regime de colaboração.

Ao analisar algumas Leis e Portarias que dão embasamento ao estudo, fica claro que o recuo histórico realizado para compreender as ações que direcionaram as políticas de formação de professores no Brasil foi de suma importância para compreender como e em que momento tornou-se necessário as políticas de Iniciação à docência emergirem. Na pesquisa histórica que foi realizada foi possível perceber a necessidade crescente de qualificar a formação docente, a qual tornou-se mais evidente nas últimas duas décadas. Para promover uma formação diferenciada para dar conta de um contexto em permanente mudança, foram criadas políticas específicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a realização do estudo, em um primeiro momento construiu-se uma tabela com o conjunto de Leis e políticas voltadas à formação de professores no intuito de mapear as práticas voltadas especificamente à formação pela iniciação à docência. Teve início a organização da tabela pela atual LDB, Lei nº. 9.394/96, a qual consiste em um norte para a ampliação da Educação no país e também para a formação de professores, sendo o principal documento legal que estabelece as diretrizes da educação nacional. A partir dessa LDB, outros documentos foram sendo integrados na composição da tabela para a realização do mapeamento.

A construção da tabela foi acontecendo ao longo da realização do estudo, com a inclusão de documentos e exclusão de outros, de acordo com a intenção da pesquisa. Foi necessário, após a definição do material já mencionado no capítulo anterior, fazer várias leituras do material e extrair as recorrências discursivas para compreender quais foram as condições que permitiram o aparecimento das políticas de formação de professores voltadas à iniciação à docência e suas intenções. Os trechos extraídos dos materiais da pesquisa foram agrupados para mostrar as recorrências encontradas e serão apresentados a seguir, para a realização da análise.

Com a leitura e manuseio dos materiais, percebeu-se que o Pibid emergiu como política de formação de professores tendo como intencionalidade a qualificação da formação inicial. O Pibid passa a integrar as políticas de formação em razão de necessidades, pontuadas nas décadas anteriores ao programa, de qualificação da formação inicial de professores, de inovação no fazer docente e do posicionamento do professor como agente de transformação.

Vejamos o quadro a seguir:

QUADRO 2: Qualificação da Formação Inicial

Art. 62

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. ([Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009](#)). (LDB/9.394/96)

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

II - Programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III - piso salarial profissional; IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI - condições adequadas de trabalho.

Art. 1º O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o **aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica** pública brasileira. (Decreto n. 7.219, de 24 de junho de 2010)

Art. 3º São objetivos do PIBID:

I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica II - **contribuir para a valorização do magistério; III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; IV - inserir os licenciando no cotidiano de escolas**

da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; V - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como conformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e VI - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. **(Decreto n. 7.219, dispõe sobre o Pibid de 24 de junho de 2010)**

DECRETO Nº 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

Art. 2º VIII - a importância do docente no processo educativo da escola e de **sua valorização profissional**, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à jornada única, à progressão na carreira, à formação continuada, à dedicação exclusiva ao magistério, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho.

Fonte: materiais de pesquisa (grifos meus).

Nesse contexto, materializa-se a preocupação em tentar elevar a qualidade da formação inicial de professores e, para tanto, mudanças foram necessárias. A emergência de programas federais voltados à formação inicial se colocou, portanto, como uma resposta ao descrédito do modelo de formação de professores existente na época.

No Decreto 7.219, de 24 de junho de 2010, que dispõe sobre o PIBID, observa-se dentre seus objetivos, a valorização do magistério e a melhoria da qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura. Percebe-se nesse contexto dos últimos dez anos da formação de professores no Brasil, uma busca pela ampliação da qualidade de ensino nos cursos de formação de professores, de modo a conter a baixa demanda pela realização de cursos na área das licenciaturas, bem como a falta de deslumbramento da docência em decorrência dos baixos salários e das condições do trabalho do professor. Diante desse cenário de desvalorização da profissão, passou a ser urgente fazer com que a formação de professores se transformasse.

Na mesma direção, o Decreto 6.755/2009 que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e direciona a atuação

da CAPES, fomentando programas de formação inicial e continuada. O Art. nº 2 desse Decreto salienta a importância do docente no processo educativo da escola e de sua valorização profissional, procurando instituir ações permanentes de estímulo à profissionalização e a melhoria das condições de trabalho.

Diante dessas análises, outra recorrência enunciativa que chamou a atenção em alguns recortes desses documentos pesquisados foi o lugar central da inovação no fazer docente. Outra linha de ação proposta pelo Pibid se justifica pela necessidade de inovação, de promover novas práticas no fazer docente, novos fazeres metodológicos e ações interdisciplinares. Essa linha de ação seria o meio pelo qual uma nova perspectiva de formação no país poderia se efetivar.

QUADRO 2: Inovação no fazer docente

Art. 3º São objetivos do PIBID:

IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e **práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar** que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

Decreto 6.755/2009

XI - a formação continuada entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola e considerar os diferentes saberes e a experiência docente; e

XII - a **compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura** e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a informações, vivência e atualização culturais.

Fonte: materiais de pesquisa (grifos meus).

Como se pode observar, a inovação e a interdisciplinaridade são apontadas como alternativas que buscam a superação de problemas decorrentes do processo de ensino e aprendizagem. Entende-se que, por meio de novas práticas que consigam estabelecer uma mudança em relação às práticas anteriores, se consiga formar um profissional mais criativo e capaz de solucionar desafios na formação dos futuros professores. A inovação, portanto, se coloca como algo indispensável para a constituição de um novo profissional que assuma uma postura flexível e aberta ao

diálogo e que saiba cooperar com outros estabelecendo relações com os pares a fim de solucionar problemas por meio da interdisciplinaridade.

Nessa perspectiva de uma nova formação vislumbrada pelo Pibid, o professor também é posicionado como agente de transformação. Ao se compreender como agente capaz de transformar realidades, o professor assume o protagonismo por uma educação comprometida com a aprendizagem.

QUADRO 3: Professor como agente de transformação

DECRETO Nº 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009

Art.2

II - A formação dos profissionais do magistério como compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais.

V - A articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VII - a importância do projeto formativo nas instituições de ensino superior que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação e garantindo sólida base teórica e interdisciplinar;

XII - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a informações, vivência e atualização culturais.

V - Promover a valorização do docente, mediante ações de formação inicial e continuada que estimulem o ingresso, a permanência e a progressão na carreira;

IX - Promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação dos profissionais do magistério, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos.

(RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002)

Art. 12.

§ 2º A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor

Fonte: materiais de pesquisa (grifos meus).

Nesse quadro destaca-se o professor como sendo um agente de transformação. Sendo possível ver, nos documentos analisados, a emergência de uma

formação de professores específica para acadêmicos em formação inicial que evidencia o professor como agente transformador. Afinal, a educação é feita pelos professores, e ao passo que a política estabelece a necessidade de mudança em relação ao social, é preciso que os professores se percebam como os principais agenciadores de mudança.

Em suas investigações, Pensin (2016) mostra um movimento pela formação de professores, no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, que dá visibilidade a uma postura profissional de professores motivados a ruptura com modelos antigos, dispostos a romper antigos padrões e a inovar. Assim, na formação desse professor disposto a romper e a inovar, devem ser consideradas as habilidades e conhecimentos didáticos em relação à organização e condução da aula, à orientação do ensino pela pesquisa e à valorização das habilidades sociointelectuais. (PENSIN, 2016). No contexto da sociedade da aprendizagem, onde é preciso aprender por toda a vida, a habilidade de flexibilidade e de adaptação do professor para a resolução de problemas é central. Entende-se, portanto, que um novo modelo de formação é necessário para promover essa postura e atitudes dos professores. Nesse sentido, o Pibid procura ser pioneiro trazendo uma proposta de formação que valoriza o saber de experiência dos professores da escola básica fazendo a inserção dos acadêmicos em formação logo nos primeiros semestres do curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tematizou a formação de professores no Brasil discutindo sobre as políticas para a iniciação à docência no tempo presente. Como objetivos, procurou-se analisar as condições de emergência das políticas de iniciação à docência no país, a fim de compreender seu funcionamento e possíveis efeitos. Nessa direção, realizou-se uma revisão de literatura acerca das políticas de formação de professores, mais especificamente na última década e um panorama dos programas relacionados à formação docente foi construído a fim de identificar o momento em que as políticas de formação de professores pela iniciação à docência se tornam emergentes.

A abordagem metodológica utilizada para a realização da pesquisa foi a do estudo histórico de inspiração genealógica a partir da perspectiva de análise

desenvolvida por Michel Foucault. Verificou-se que, dentre os programas de formação de professores em operação no presente, o Pibid é o único programa que propõe a inserção do licenciando no contexto escolar já nos primeiros semestres de sua formação inicial. O Pibid se constituiu na primeira política nacional de formação de professores que investiu de forma direta na inserção dos acadêmicos em formação no cotidiano das escolas.

A partir das análises realizadas, compreendeu-se que o Pibid encontrou condições para emergir na primeira década dos anos 2000, tendo sua proveniência na crise do modelo de formação existente nos anos de 1990 no Brasil e na perspectiva de uma nova postura a ser assumida pelos professores. Para a constituição dessa nova perspectiva de formação de professores, o Pibid se consolidou como uma política que age em duas vias: pela busca da inovação do fazer docente e pelo posicionamento do professor como agente de transformação da realidade social.

Entende-se que hoje em dia esse programa está ameaçado por um cenário de cortes financeiros, onde a sua continuidade é incerta, entretanto, como proposta de formação pela inserção direta no contexto escolar, o Pibid foi pioneiro no país. O programa contribuiu e ainda contribui para a formação de novos professores e poderá se tornar condição para que outras práticas pedagógicas e outros fazeres docentes se efetivem no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Capes (2009). **Portaria n. 122, de 16 de setembro de 2009**. Brasília: Diário Oficial da União.

CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. São Paulo: Papyrus, 2011. Decreto n. 7.219, de 24 de junho de 2010 (2010). Diário Oficial da União. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2010.

DELORS, J., Al-Muft, I., Amagi, I., Carneiro, R., Chung, F., Geremek, B., ... Nanzhao, Z. (2000). **Educação: um tesouro a descobrir**. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: Unesco. (Obra original publicada em 1996).

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. 3 ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

Resolução CNE/CP n. 1/2002. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília, DF: Diário Oficial da União. (2002a)

Resolução CNE/CP n. 2/2002. **Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior**. Brasília, DF: Diário Oficial da União. (2002b)

PENSIN, D. P. Agenciamento e docência na educação superior. 2016. 203 f. **Tese** (Doutorado em Educação). Programa de pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2016.

SOUZA, Â. R. **Por que estudar políticas educacionais**. Conceito e debate. Editora Appris, 2012.

TANURI, M. L. História da formação de professores. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2000, n.14, pp.61-88.

TESTI, B. M.; SOUZA, N. C. A. T. O Pibid no contexto das políticas de formação inicial: um novo olhar para o processo de iniciação à docência. In: **Imagens da Educação**. v. 6, n. 1, p. 50-58, 2016.

DAHLET, V. O proceder da pesquisa: quais as relações entre problemática, dissertação e corpus? **Revista Letras**, v. 21, n 1, 2002. p.127-132.

SHERER A. As inquietudes discursivas de um orientador. **Revista Letras**, n. 21, 2002. p. 11-19.